

**NEGRITUDE, GÊNERO E ALIMENTAÇÃO EM
CONTEXTO PANDÊMICO: RELAÇÕES CAMPO-CIDADE**
*BLACKNESS, GENDER AND FOOD IN THE PANDEMIC
CONTEXT: FIELD-CITY RELATIONS*

Paula Balduino de Melo

paula.balduino@ifb.edu.br

Docente no Instituto Federal de Brasília

Doutora em Antropologia Social - UnB

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2234-5814>

Viviane Evangelista Abreu

viviane.abreu@ifb.edu.br

Docente no Instituto Federal de Brasília

Doutoranda em Ecologia da Restauração - UnB

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1523-2149>



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

RESUMO

Este artigo propõe pensar a alimentação desde a perspectiva étnico-racial e de gênero a partir das relações campo-cidade no contexto contemporâneo de crise instaurada pela ação do novo coronavírus (SARS-CoV-2). Para tal, apresenta um diálogo entre Ciências Sociais e Agrárias, com foco na Antropologia da Alimentação e na Agroecologia. Interessa refletir sobre a alimentação biodiversa como fator de promoção de saúde em um momento de adoecimento coletivo e ameaça às vidas humanas, bem como pensar sobre o acesso diferenciado a ela tendo em vista crivos como pertencimento étnico-racial e relações de gênero. A partir de experiências de produção e consumo de alimentos agroecológicos, os sentidos atribuídos ao ato de comer são analisados de forma paralela aos sentidos atribuídos ao ato de produzir e transformar matérias-primas em alimentos. Enfim, é lançada luz sobre experiências diversas que sinalizam possibilidades de transformação dos significados da alimentação e dos circuitos alimentares campo-cidade.

Palavras-chave: Antropologia da alimentação. Agroecologia. Relação campo-cidade. Pertencimento étnico-racial. Mulheres negras.

ABSTRACT

This article ponders over food from an ethnic-racial and gender perspective, based on the field-city relations in the contemporary context of

crisis introduced by the new Coronavirus (SARS-CoV-2). Therefore, a dialogue is presented between Social and Agrarian Sciences, focused in Food Anthropology and Agroecology. The interest is in pondering on biodiversity of food as a health promotion factor at a time of collective illness and menace to human lives, as well as thinking about differentiated access to this kind of food in view of filters such as ethnic-racial belonging and gender relations. From experiences of production and consumption of agroecological food, the meanings attributed to the act of eating are analyzed in parallel to those attributed to the act of producing and transforming raw materials into food. At last, light is shed on different experiences that signal possibilities of transformation of significance of food and in the countryside-city food circuits.

Keywords: food anthropology; agroecology; field-city relations; ethnic-racial belonging; black women.

ALIMENTAÇÃO: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Desde os escritos clássicos nas Ciências Sociais a alimentação está presente. Ao definir os seres humanos como superorgânicos, Alfred Kroeber já dizia que a necessidade de se alimentar é um imperativo humano (KROEBER, 1952). Contudo, o ato de se alimentar difere imensamente conforme o tempo e o espaço, particularizando-se em cada contexto, em relação intrínseca com os ecossistemas locais. Alimentar-se

é um ato social e cultural alicerçado em significados que agrega pessoas, ritma o cotidiano, marca os momentos festivos, requer conhecimentos técnicos para a preparação das receitas e cuidados para a manipulação e o cozimento dos alimentos (WOORTMANN; CAVIGNAC, 2016, p. 10).

Como sugere Jean-Pierre Poulain, a alimentação carrega diversos sentidos, significados, ritos, símbolos, saberes e práticas que definem a cultura das sociedades (POULAIN, 2013). Nesse sentido, a nutrição não é apenas física; corpo e espírito são nutridos pelos alimentos.

A alimentação está na interface entre Ciências Sociais e Agrárias. Nas palavras de Katz (2016, p. 22), “a alimentação se situa na interseção do natural e do cultural, do material e do imaterial”. A Agricultura revela-se como parte inicial do processo de se obter alimentos, ação esta que leva em consideração aspectos culturais e contextos dos sujeitos envolvidos. O desenho de um sistema agroalimentar inclui em sua própria concepção ideias de elementos alimentares relevantes para determinados grupos, alimentos possíveis de manejo adequado em determinado local, bem como a construção de formas adequadas de partilha, distribuição e mercados diferenciados.

A Agroecologia tem ampliado perspectivas de análise nos últimos anos para pensar o sistema agroalimentar em seu conjunto (SEVILLA GUZMÁN; SOLER, 2010). Assim, direciona-se de forma complexa e

cada vez mais intensamente à análise das relações intersetoriais e especialmente da articulação entre a produção e o consumo por meio de redes sociais e canais curtos de comercialização em mercados locais, oferecendo estabilidade às formas de produção e vida camponesas, com inserção estável em um sistema agroalimentar.

Nesse sentido, os sistemas agroalimentares abarcam uma complexidade de temporalidades e espacialidades que vão desde a gênese do processo produtivo – a terra, as sementes e os demais insumos – até a chegada dos alimentos à mesa. As culturas alimentares perpassam este sistema, sinalizando os caminhos pelos quais são desenhados os sistemas produtivos e as preferências alimentares. Propõe-se pensar os territórios agroalimentares e a alimentação ao longo deste fluxo, desde o plantio ao consumo, investigando os sentidos socialmente atribuídos aos alimentos agroecológicos. São alimentos-patrimônio: sementes locais ou crioulas que são guardadas no curso do tempo por famílias e comunidades; técnicas de cultivo e manejo bem como formas de transformar os alimentos aprendidas em contextos comunitários e transmitidas ao longo de gerações.

Nesse caminhar, as mulheres ocupam papel central, seja na roça, seja na cozinha, envolvidas no mais das vezes na pluriatividade. Os processos de transição agroecológica são em grande medida impulsionados pelas mulheres. Por sua vez, a preocupação com o consumo de alimentos saudáveis na família também é comumente centralizada nas mulheres. Interessa pensar as alianças entre produtoras e consumidoras em torno de um projeto comum que tem por meta o cuidado com a vida. Essa aliança de um lado é fomentadora de redes de produção agroecológica e economia solidária e, de outro, promotora de saúde.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS: CENÁRIOS QUE SE ATUALIZAM EM CONTEXTO PANDÊMICO

A crise instaurada pela covid-19 é mundial. A segurança e a soberania alimentar sofrem forte impacto. Segundo estudos da Oxfam (2020), até 12 mil pessoas morreriam de fome por dia no mundo até o final de 2020, devido às consequências da pandemia de covid-19¹. Esse número supera o total de mortes diárias causadas pela doença em si. O Brasil é um dos epicentros globais da fome, juntamente com a Índia e a África do Sul.

Essa previsão se cumpriu e o alerta continua sendo dado pela mesma instituição. Em 2021, mais de 20 milhões de pessoas encontram-se em níveis extremos de insegurança alimentar, atingindo um total de 155 milhões de pessoas em 55 países. O número de pessoas que vivem em condições de fome estrutural aumentou cinco vezes desde março de 2020, chegando a mais de 520 mil.

Muito embora as mulheres estejam no centro dos processos de produção, transformação e circulação de alimentos, são as que mais correm

risco de passar fome, especialmente mulheres negras, em função da discriminação sistêmica interseccional.

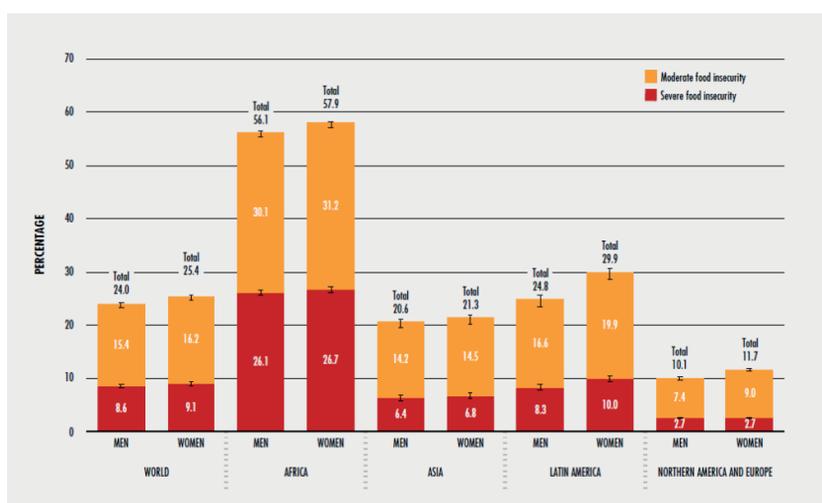


Figura 1 - Gráfico sobre níveis de insegurança alimentar em mulheres e homens no mundo (Fonte: FAO, 2019)

Como mostra o gráfico acima, em todos os continentes há uma prevalência de insegurança alimentar, moderada ou severa, entre as mulheres, sendo que as desigualdades entre homens e mulheres é maior na América Latina. O gráfico apresenta uma média de dados referentes aos anos de 2016 a 2018. No Brasil, dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2017 e 2018, apontavam que a situação de insegurança alimentar era mais severa em domicílios cuja pessoa de referência são mulheres e naqueles em que residem famílias negras (IBGE, 2019a). A situação pandêmica iniciada em 2020 tende a agravar este quadro, como sinalizam os estudos da Oxfam.

As mulheres recebem menos do que homens pelo mesmo trabalho e detêm menor posse de terra, como mostram os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019b) apresentados a seguir. As mulheres também são maioria no grupo de trabalhadores informais, que no Brasil representa cerca de 40% da população economicamente ativa. E, por isso, elas estão sofrendo duramente as consequências econômicas da pandemia.

No tocante à produção e consumo de alimentos, perante a crise atual, famílias agricultoras perderam canais de comercialização. Por outro lado, houve aumento da procura por alimentos, principalmente por aqueles que podem fortalecer a saúde, em especial frutas, verduras e legumes livres de agrotóxicos. Em ambos os contextos, as mulheres são pontos-chave. Anteriormente à pandemia, o mercado de produtos orgânicos e agroecológicos no Distrito Federal, assim como no Brasil de modo geral, trazia expressividade crescente. Em torno de sessenta feiras orgânicas ocorriam em diferentes Regiões Administrativas da cidade. Acreditamos que é importante indagar: Quem produz estes alimentos?

E quem os consome? Como se caracterizam quanto ao pertencimento étnico-racial? E quanto ao gênero?

Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019b), 52,9% das pessoas que vivem no campo são negras (pretas ou pardas) e 45,4% são brancas, uma distribuição semelhante à da população do país, segundo números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua IBGE, 2019).

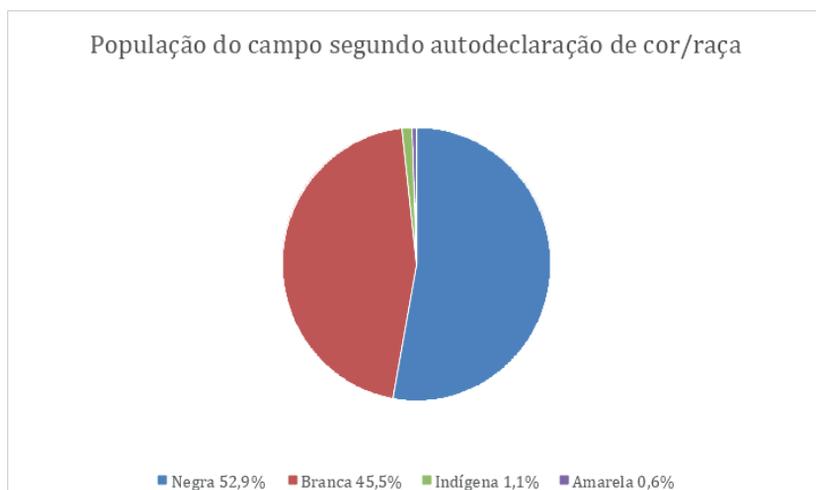


Figura 2 – Gráfico com dados sobre cor/raça da população do campo no Brasil (fonte: elaboração própria, dados do IBGE, 2019)

No tocante à distribuição por gênero, é necessário compreender como foram aferidas as informações durante o processo de recenseamento. “Quem é o responsável pela direção dos trabalhos no estabelecimento?”. Essa foi a pergunta ofertada pelo Censo Agropecuário 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019b). 80% dos estabelecimentos agropecuários foram referenciados a partir do gênero masculino. Apenas 20% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por casais, dividindo todas ou parte das responsabilidades relativas ao estabelecimento.

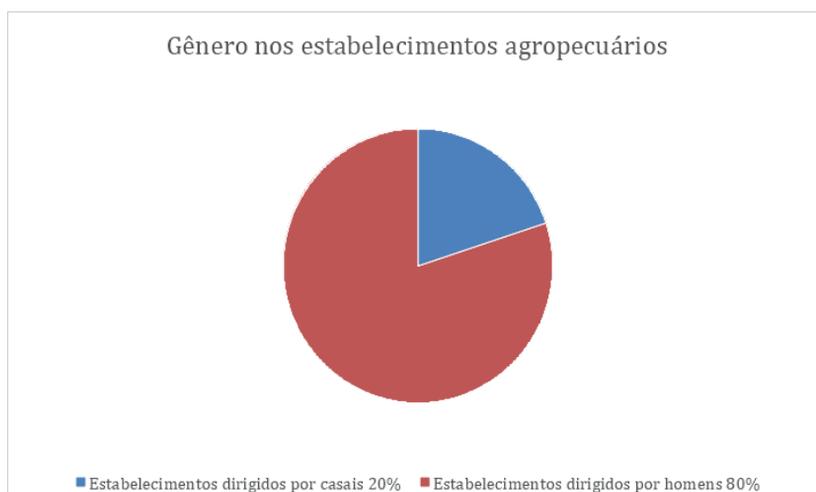


Figura 3 – Gráfico com dados sobre a direção de estabelecimentos agropecuários conforme o gênero (fonte: elaboração própria, dados do IBGE, 2019)

Quanto menor o estabelecimento, mais equilibrada é a distribuição de gênero. Os estabelecimentos com faixa de área menor que 1 hectare apresentam a proporção de 2 homens para 1 mulher. A presença das mulheres é maior nos estados da Bahia e Pernambuco, em percentual que varia entre 25 e 30%.

Embora ocupe uma pequena parcela das terras cultivadas, a agricultura familiar no Brasil é expressiva e produz muito. Segundo dados do mesmo Censo, a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agropecuários, ocupando apenas 23% das terras cultivadas. Quanto ao quesito empregabilidade, a agricultura familiar emprega 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Na produção de alimentos, a agricultura familiar tem participação significativa. Nas culturas permanentes, responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

Não apenas no Brasil, mas no mundo todo, majoritariamente a agricultura familiar inscreve-se em um contexto marginal do ponto de vista da espacialidade e paradoxalmente significativa no tocante à produção de alimentos. O monocultivo em grande escala ocupa cerca de 80% dos 1,5 milhões de hectares dedicados à agricultura mundial (ALTIERI; NICHOLLS, 2020). Este sistema tem uma baixa diversidade ecológica e homogeneidade genética e, por isso, é suscetível à infestação por insetos e outras enfermidades, haja vista a gripe aviária e gripe suína. Por sua vez, o caráter sistêmico explicita-se quando percebemos que a saúde animal está diretamente relacionada à saúde humana e ecológica. Para controle de pragas são mundialmente aplicados em torno de 2,3 milhões de quilos de pesticidas por ano, menos de 1% dos quais alcança as pragas que objetivam aniquilar. Trata-se de um modelo produtivo cuja eficiência está visivelmente comprometida. 586 espécies de insetos e ácaros são resistentes a mais de 325 inseticidas (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

Por sua vez, a agricultura familiar, no Distrito Federal (DF), está presente em 2.733 estabelecimentos, propriedades com área de até 20 hectares cuja gestão está sob controle da família, onde prioritariamente a força de trabalho provém desta família (BRASIL, 2006). Dentre eles, 1.617 são chefiados por pessoas que se autoidentificaram perante o Censo Agro 2017 como pretas e pardas (IBGE, 2019b). Ou seja, 64,4% da agricultura familiar no DF é negra. No tocante ao gênero, a participação das mulheres assemelha-se ao cenário nacional. Apenas 19% dos estabelecimentos da agricultura familiar do DF têm a participação das mulheres na condução do estabelecimento.

A população negra também é maioria nas Regiões Administrativas situadas nas periferias do Distrito Federal. Em Planaltina, região onde reside a maior população do campo no DF, 74% das pessoas que vivem em área urbana são negras. Em relação ao gênero, 51,7% da população de Planaltina são mulheres. De acordo com a distribuição da população

por arranjos domiciliares, observa-se que 19,8% das famílias planaltinenses são chefiadas por mulheres. Esse é o segundo percentual mais expressivo dentre os arranjos familiares, superado apenas pelo arranjo de famílias compostas por casal com dois filhos (CODEPLAN, 2018).

ABISMOS ENTRE CAMPO E PERIFERIA NO TOCANTE À PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS

A negritude no Distrito Federal expressa-se majoritariamente em dois polos – campo e periferia, cenário que se projeta em boa parte das cidades brasileiras. Seria lógico pensar que fossem estabelecidas relações entre eles, especialmente pela proximidade geográfica. Contudo, na prática, o que se produz pelo povo negro no campo acaba sendo consumido pelas classes médias e altas, em sua maioria branca. Enquanto isso a população negra periférica consome, principalmente, produtos com baixa diversidade e pouco saudáveis, provindos do agronegócio, com preços mais acessíveis.

Os desencontros entre campo e periferia estão atravessados pelas relações de mercado em sociedades capitalistas. Nitidamente, as faixas de diversidade de consumo de alimentos são delineadas conforme pertencimento de classe e simultaneamente étnico-racial. Os agroecossistemas nos oferecem mais de 2.500 espécies de plantas como alimentos, porém a dieta da maioria das pessoas é composta por 3 cultivos principais: trigo, arroz e milho, os quais representam mais de 50% das calorias consumidas em nível mundial. Os impactos socioculturais e ecológicos deste arranjo sobre os sistemas alimentares mundiais são extremamente preocupantes (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

Para além da questão do preço dos alimentos, entende-se que as mudanças nos sistemas alimentares estão relacionadas a um trabalho midiático que associa comida e padrão de consumo. A indústria alimentar tende a homogeneizar as culturas alimentares. Questões como a comensalidade, o simbolismo dos alimentos e até mesmo sua qualidade nutricional são preteridos em função de outras questões como praticidade, aparência e relação custo versus benefício (SILIPRANDI, 2015). Contraindo-se a tal dinâmica, encontra-se a perspectiva da alimentação tradicional, orgânica e saudável e a valorização do ato social e cultural de comer (POLLAN, 2008). Em defesa da “comida de verdade”, Michael Pollan propõe uma retomada dos sistemas alimentares ancestrais, ou, da “comida da vó”.

A comida é um dos principais marcadores de diferenças sociais e culturais (WOORTMANN; CAVIGNAC, 2016). Nesse sentido, as fronteiras entre os grupos sociais são também delineadas a partir da alimentação. Nos sistemas de poder, as posições estruturais dos sujeitos projetam-se nos corpos. Em países onde o gradiente de cor importa, como é o caso do Brasil, em torno da fisionomia cristaliza-se um vocabulário cromático. Entende-se que os signos da diferença estão para além da cor da pele, es-

tendendo-se a outros traços anatômicos, cuja presença, em maior ou menor grau, também orienta a classificação social baseada em tais critérios. A categoria raça/cor constitui, nesse sentido, um “indicador baseado na visibilidade do traço de origem africana” (SEGATO, 2005, p. 4).

Cada sociedade e cultura percorre caminhos singulares na construção da raça, a qual se articula com a constituição de outras formas de diferença, como gênero, classe, sexualidade, religião e outras. Discursos de gênero e raça são hierarquicamente organizados, de maneira articulada a iniquidades de poder e recursos. No caso de nações latino-americanas, o gênero e a raça foram constructos coloniais que articuladamente racializaram e genderizaram as sociedades submetidas (MENDOZA, 2010). As posições de gênero e raça são fruto de representação e significação cultural, mas também de práxis e relações vividas. Nesse sentido, interessa pensar como as práticas e os significados relacionados à alimentação configuram sentidos de pertencimento étnico-raciais e de gênero e ao mesmo tempo revelam a estrutura e o funcionamento social na medida em que se configuram relações de poder em torno dos sistemas agroalimentares.

As práticas, os conhecimentos e os sentidos que constituem tais sistemas configuram-se como patrimônios, ou seja, são saberes e fazeres coletivos cujos contornos delimitam um grupo social; são transmitidos de uma geração a outra e carregam uma carga social, simbólica ou afetiva (GUILLAUD, 2015). Nesse sentido,

os produtos alimentares, os objetos e o saber-fazer utilizados em sua produção, as suas transformações, a sua conservação e o seu consumo, bem como códigos sociais, ‘as maneiras de cozinhar’ ou ‘os modos ao comer e beber’, são fatos culturais, detentores de uma parte da história e da identidade de um grupo social que convém preservar como testemunhos destas identidades (POULAIN, 2016, p. 47).

Cabe então questionar: o que aconteceu com os sistemas alimentares das famílias negras? Quais dinâmicas sociais conduziram a dietas tão restritivas, baseadas principalmente no trigo, arroz e milho? Retroagindo no tempo, que narrativas informam as trajetórias de grupos sociais negros que hoje se encontram nas periferias consumindo alimentos de baixa diversidade e valor nutricional? Quais são as principais transformações de seus sistemas alimentares?

Trata-se de um debate global entre, por um lado, a hegemonia da indústria alimentar que caminha junto à padronização de formas de consumo e até mesmo dos gostos, e, por outro lado, o destaque e a valorização de sistemas alimentares locais e/ou tradicionais (WOORTMANN; CAVIGNAC, 2016). Enfim, a compreensão das culturas alimentares de populações negras periféricas é uma questão complexa que deve ser analisada a partir de diferentes prismas. Este artigo, mais do que oferecer respostas, suscita questões e sinaliza caminhos analíticos que estão sendo trilhados.

O PROTAGONISMO FEMININO E A SOBERANIA ALIMENTAR

As mulheres ocupam um lugar central nos processos de produção, transformação, circulação e distribuição de alimentos, tanto na cidade quanto no campo, muito embora permaneçam invisibilizadas, principalmente nos processos da produção de alimentos, como sinalizam os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019b). Além de menor acesso à terra, o acesso das mulheres aos instrumentos de produção também é dificultado. Muitas vezes, as mulheres não recebem rendimentos por seu trabalho, pois seus resultados são somados à renda da família, cuja gestão é feita sem a participação delas.

Ademais, são por vezes alijadas dos processos decisórios sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora sejam figuras centrais no trabalho das lavouras, dos quintais produtivos, das criações de animais, das ações de preservação e aclimação de espécies (por meio de bancos de sementes ou de conservação nas propriedades), da salvaguarda e transmissão de conhecimentos sobre a produção e o uso de plantas medicinais. E somam a todas essas atividades aquelas ligadas à manutenção da família que, em muitos espaços, é exclusivamente exercida pelas mulheres. Algumas ainda trabalham na produção de artesanatos e beneficiamento/transformação de produtos (industrialização caseira de pães, doces, conservas, dentre outros) (SILIPRANDI, 2015).

Em muitos casos as mulheres são impulsionadoras de processos de transição agroecológica, ou seja, processos produtivos que paulatinamente deixam de usar agroquímicos para produzir alimentos em consonância com os movimentos da natureza, estabelecendo com eles parcerias que potencializam ambos, os processos produtivos e os elementos ecossistêmicos. Nesses processos, há uma valorização de insumos locais, na medida em que as estratégias e soluções para a produção nascem do próprio território ou de seu entorno. Uma produção de alimentos aliada à conservação e ao incremento da biodiversidade bem como à promoção da soberania alimentar. Trata-se de uma perspectiva em que alimentação e saúde estão imbricadas e são refletidas nas pessoas e nos ecossistemas.

A soberania alimentar vai além da segurança alimentar no sentido da contabilização dos nutrientes básicos à saúde. A soberania alimentar aponta para os processos decisórios das agricultoras relacionados ao que produzir, como, quando e onde produzir. Nesse sentido, pressupõe o acesso à terra/território e o cuidado com os ecossistemas. Ao mesmo tempo, sinaliza autonomia nas escolhas alimentares, ou seja, projeta um cenário em que o que vai à mesa não seja definido por contingências econômicas. Soberania alimentar é a possibilidade de definir políticas agrícolas e alimentares, bem como proteger a produção e as culturas alimentares (SILIPRANDI, 2015).

Na esfera familiar, pode-se melhor compreender a escolha feminina pela produção agroecológica ao se observar como as narrativas das mulheres muitas vezes consideram preferível uma situação em que se renuncia a ganhos monetários no presente em nome da sustentabilidade no médio e longo prazo; enquanto os dos homens parecem preferir o contrário (SILIPRANDI, 2015). No cenário macropolítico, a bandeira da agroecologia como base para a construção de um novo modelo produtivo para o campo é empenhada em grande medida pelas mulheres camponesas, como se vislumbrou na terceira Marcha das Margaridas ocorrida em 2007, em Brasília, com cerca de 30 mil mulheres de todos os cantos do país (SILIPRANDI, 2015).

EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE CONEXÃO AGROECOLÓGICA CAMPO-CIDADE

A atual crise fragiliza imensamente toda a população, com impactos mais profundos sobre a população negra e ainda mais sobre as mulheres negras. Por outro lado, oferece uma mudança de perspectiva que pode se materializar em mudanças nos sentidos atribuídos à alimentação e nos vetores de distribuição dos alimentos. Hoje, cidades com mais de 5 milhões de pessoas importam 2 mil toneladas de alimento por dia, alimentos que viajam em torno de mil quilômetros (ALTIERI; NICHOLLS, 2020). O cenário de crise evidenciado pela pandemia do covid-19 revela a insustentabilidade deste sistema agroalimentar e ao mesmo tempo mostra como o acesso a alimentos produzidos localmente é estratégico.

A crise que mostra a falência do sistema agroalimentar globalizado pode ser vista como um convite à construção e ao fortalecimento de outros arranjos ou mesmo outros sistemas agroalimentares. Ganham destaque estratégias agrícolas localmente arraigadas que propõem novas formas de produção, transformação das matérias-primas, circulação e distribuição dos alimentos. Na mesma medida, são fortalecidas formas que já estavam em curso antes de instaurada a pandemia.

A perspectiva agroecológica busca a sustentabilidade não apenas nas tecnologias e processos de produção de alimentos, mas também na inserção dos alimentos nos mercados. Nesse sentido, a Agroecologia questiona os métodos, mas também os objetivos da produção agropecuária moderna, bem como as formas de organização sociocultural, econômica e política que a originaram e a sustentam (SILIPRANDI, 2009).

Diversas iniciativas que visam aproximar produtores e consumidores agroecológicos estão sendo fomentadas neste momento. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, IDEC, em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia, ABA, e a Articulação Nacional de Agroecologia, ANA, criou uma ferramenta para apoiar os pequenos produtores durante a pandemia da covid-19. A plataforma “Comida de Verdade” tem como um dos propósitos a divulgação de iniciativas orgâ-

nicas e agroecológicas da agricultura familiar e de pequenos produtores. A ação apoia as economias locais, estimulando a compra de alimentos direto de quem produz, além de divulgar que existem canais alternativos para abastecimento justo e saudável. A plataforma fica aberta para novos cadastros, para que produtores possam se inserir a qualquer momento².

Outras estratégias preexistem à pandemia. Dentre elas, as “Comunidades que Sustentam a Agricultura” (CSA) são experiências associativistas que envolvem agricultoras e agricultores familiares com produção orgânica e agroflorestal, ou em transição para a produção agroecológica, e pessoas interessadas em adquirir este tipo de alimentação em uma relação direta com as famílias agricultoras. É um arranjo que transcende as relações de consumo na medida em que o lugar de consumidor/a é substituído pelo lugar de colaborador/a na produção de alimentos, são os chamados coagricultores/as. Trata-se de uma movimentação mundial cujas primeiras experimentações surgem na Europa da década de 1960 e que chega ao Brasil primeiramente em São Paulo e no Distrito Federal, em 2015. Atualmente, existem 35 “Comunidades que Sustentam a Agricultura” (CSAs) consolidadas no DF³.

A sustentabilidade do arranjo advém do acordo estabelecido entre os/as participantes, em que custos e benefícios da produção/consumo são partilhados. Considera-se um fundo reserva para eventuais problemas relacionados a desequilíbrios no ecossistema que possam impactar a produção e se estabelece um consenso quanto a um valor mensal para a contribuição de cada participante. Trata-se, portanto, de um cenário de produção estável para a família agricultora. Por sua vez, há possibilidade de famílias citadinas se envolverem no trabalho agrícola, compreenderem a sazonalidade dos cultivos, as potencialidades e limitações relacionadas às condições de produção, enfim, estabelecerem vínculos com a terra e com quem produz na terra. Assim, a alimentação ganha outro sentido. O preço é relativizado pelo apreço aos alimentos e ao seu processo de produção (BRUZIGUESSI *et al.*, 2020).

Não obstante, entende-se que o consumo de produtos agroecológicos está atravessado por um recorte de renda, na medida em que são vivências principalmente de classes médias e altas, majoritariamente brancas. Observa-se claramente essas características do mercado brasileiro de produtos saudáveis, considerado o maior da América Latina, sendo tendência desse consumo de produtos orgânicos e agroecológicos impulsionados prioritariamente pela classe média, que busca alimentos mais saudáveis (LIMA *et al.*, 2020). Nesse sentido, as possibilidades contemporâneas de melhorar as condições de saúde por meio da alimentação, em um momento de adoecimento generalizado em torno da covid-19, ainda têm uma dimensão excludente.

Para compreender questões de gênero e etnicidade/raça das pessoas envolvidas com as CSAs, gostaríamos de investigar mais a fundo alguns

temas. À luz de dados estatísticos, argumenta-se ao longo do artigo a majoritária presença da população negra entre os que produzem alimentos agroecológicos. Pelo recorte de renda, sugere-se que tais alimentos são consumidos em sua maioria pela população branca. No tocante ao gênero, os dados do Censo Agropecuário sinalizam que os homens prevaem na condução da organização produtiva. E a literatura aponta a prevalência das mulheres na gestão da alimentação doméstica.

A partir das experiências concretas das CSAs, cabe investigar: há mais mulheres coagricultoras do que homens? Há mais homens agricultores do que mulheres? Há de fato diferenças substanciais entre a identificação étnico-racial daqueles que produzem e daqueles que consomem? Também vale indagar se as famílias agricultoras que participam do modelo de CSA estão, em sua maioria, estabelecidas no campo/área rural ou em regiões periurbanas, próximas à cidade. São famílias tradicionalmente agricultoras ou fazem parte de grupos que participam dos recentes movimentos de êxodo urbano? Enfim, entende-se que tais questões podem elucidar a compreensão sobre os sistemas agroalimentares e a conexão campo-periferia.

Na contra-hegemonia das relações historicamente constituídas entre campo e cidade, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST, em vários estados brasileiros produz alimentos saudáveis, diversificados, que garantem a soberania alimentar dos camponeses e, em tempos da covid-19, realiza ações de solidariedade, fazendo doações para periferias, favelas e comunidades que vivem a pandemia da fome. Desde o início da pandemia até o mês de julho de 2021, o MST já havia doado mais de 5.000 toneladas de alimentos e 1 milhão de marmitas a famílias em situação de vulnerabilidade social em diferentes periferias do Brasil. São cestas de alimentos, assim como marmitas, com alimentos produzidos nos assentamentos rurais e acampamentos sem o uso de agrotóxicos.

No Distrito Federal, o MST oferece as “Cestas Agroecológicas”, que podem ser adquiridas e/ou doadas. Pelo valor de R\$15,00, pode-se retirar, em pontos de entrega e dias previamente acordados, cestas com sete artigos, entre legumes, tubérculos, grãos, frutas e hortaliças. Assim, famílias com melhores condições de renda podem doar cestas solidárias a famílias em situação de vulnerabilidade. Em atos políticos, o MST também distribui cestas de alimentos saudáveis à classe trabalhadora.

O momento atual nas periferias, para muitas famílias, é representado pela falta: falta trabalho, falta saúde, falta escola, falta luz, falta água, falta interações com o entorno social, e, às vezes, falta comida. Essa realidade de vulnerabilidade motivou a organização de diversas iniciativas, dentre elas a Rede Agroecologia Solidária, por meio da qual foram adquiridos alimentos de assentamentos rurais de Planaltina e distribuídos a famílias em situação de vulnerabilidade social.

São experiências contemporâneas de trocas de alimentos agroecológicos vivenciadas entre mulheres assentadas da reforma agrária em comunidades formadas na luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e mulheres periféricas, ambas situadas na Região Administrativa de Planaltina e, em sua maioria, mulheres negras. Ao conectar produtoras/es e consumidoras/es, entende-se que são criadas interações, trocas sociais e culturais que sinalizam as complexidades da alimentação.

É divino, extremamente extraordinário, saber que em tempos tão difíceis e cruciais para todos nós haja pessoas capazes de abrir parte do pouco que têm para assegurar que outras famílias e pessoas possam ter um respiro, uma esperança em dias melhores, nem que seja por uma semana ou um mês. Enfim, essa ação agroecológica solidária a meu ver não se baseou apenas na alimentação propriamente dita. Me fez perceber que ainda há humanidade em um mundo em que o capitalismo estava criando não seres humanos e sim robôs insensíveis com a dor do outro... A ajuda que me proporcionaram foi muito além de manter a minha barriguinha cheia... Me fez enxergar a situação atual numa perspectiva mais positiva (DEPOIMENTO DE UMA BENEFICIÁRIA DA REDE AGROECOLOGIA SOLIDÁRIA).

O ato de nutrir vai além do corpo físico. Reúne sujeitos que vivem diferentes condições de trabalho no campo e na cidade em torno de um princípio fundamental: o cuidado com a vida.

Enfim, a pandemia decorrente da covid-19 deixa transparecer a fragilidade da garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Fatores como classe social, pertencimento étnico-racial e de gênero matizam as possibilidades de acesso a este direito fundamental. As implicações resvalam na própria condição de vida e/ou morte. As experiências ora comentadas, dentre outras iniciativas, somam esforços no sentido de democratizar o direito à alimentação saudável. Os alimentos agroecológicos produzidos por famílias da agricultura familiar chegam às mesas de famílias periféricas. Em grande medida as mulheres são os vetores de comunicação entre esses universos, tão próximos e tão distantes.

São raízes, sementes, frutas, hortaliças, dentre outros alimentos que encarnam o valor nutricional da biodiversidade, alguns dos quais não são entendidos como comida por grande parte da população. São as chamadas Hortaliças Tradicionais (MADEIRA, 2013) ou Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), que por um lado agregam valor à produção agroecológica e por outro promovem saúde. Se para algumas famílias representam novos sabores, para outras conduzem ao preparo de “comidas de raiz”, quando a memória traz ao presente ingredientes e modos de preparo culinário tradicionais (CAVIGNAC *et al.*, 2016).

Alimentos como: cará do ar ou cará moela (*Dioscorea bulbifera*), feijão andú ou guandu (*Cajanus cajan*), araruta (*Maranta arundinacea*),

beldroega (*Portulaca oleracea*), moringa (*Moringa oleifera*), cagaita (*Eugenia dysenterica*), castanha de baru (*Dipteryx alata*), ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*) ainda são subutilizados ao pensarmos nas inúmeras possibilidades não acessadas de uso alimentar que valorizam o potencial nutracêutico e aproveitamento da biodiversidade local, no caso, do Cerrado. Novos hábitos alimentares surgem dessas interações, como o consumo de chás, produção de farinhas, geleias, fitopreparados em geral. Paralelamente, tradições são rememoradas e reinventadas a partir dessas interações, com capacidade de alimentar e curar o corpo e a alma. Iniciativas voltadas para a conservação de plantas tradicionais e nativas, cultivadas por camponeses e agricultores familiares, são de suma importância para o incentivo à agrobiodiversidade e para a promoção da segurança e soberania alimentar.

Estamos vivendo um momento extraordinário. Há quem diga que a realidade social se transforma cabalmente, de modo que o mundo não será mais o mesmo. Pensando no momento pós-pandemia, desejando que ele exista, seja como for, permanece o desafio de dinamizar mercados de alimentos agroecológicos nas periferias, valorizando a produção familiar que se nutre de insumos locais e ao mesmo tempo possibilitando às famílias que estão nas margens da sociedade a escolha por uma alimentação não industrializada, uma alimentação saudável. Uma alimentação repleta de alimentos que proporcionam o resgate de culturas alimentares, que estimula o consumo de alimentos *in natura* produzidos em nível local, com alto valor nutritivo, levando em conta a sanidade, do cultivo até o consumo (BRASIL, 2010). Sabe-se que, por haver produtos regionais, alimentos nativos e o acionar de redes locais, há possibilidades de acesso das periferias a esse tipo de alimentação, com baixo custo e articulação social.

Enfim, comer é um ato sociocultural, político e ecológico. As experiências em foco abrem caminho para uma mudança nos sentidos atribuídos à alimentação, com a possibilidade de aproximar campo e periferia, criar e fomentar sustentabilidade ecológica, visibilizar e fortalecer o trabalho das mulheres na alimentação e estreitar vínculos de pertencimento étnico-racial.

NOTAS

1. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/especiais/o-virus-da-fome-se-multiplica/>>. Acesso em: 07 jul. 2021.
2. Há outras plataformas semelhantes, como: <<http://mangut.org/>>, <<https://sitionosnateia.com.br/2020/03/cadastro-de-produtores-locais/>> e <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1CiGBuclqravVTv-L-L9Uxek9RRyFh-QdM&shorturl=1>>, dentre outras.
3. Disponível em: <<https://csabrasilia.wordpress.com/>>, acesso em: 12 jul. 2021.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. *La Agroecología en tiempos del Covid-19*. 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/la-agroecologia-en-tiempos-del-covid-19/#_ftn1>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- BRASIL. *Lei 11.326/2006*. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- BRUZIGUESSI, Elisa; ABREU, Viviane E. dos S.; OLIVEIRA, Igor A. A. Alimentação e Agroecologia: entrelaces entre Educação, Agroflorestas, e Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs). In: ROTOLO, Tatiana (org.). *Laboratório de cultura e história da alimentação: práticas de educação e pesquisa*. Brasília: Editora IFB, 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/Paula/Downloads/126-60-PB.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2021.
- CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), 2018, Planaltina. Brasília: CODEPLAN, 2018. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Planaltina.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- CAVIGNAC Julie; SILVA Danycelle; DANTAS, Maria I.; MACÊDO, Muirakytan K. de. O Seridó nas panelas: história, organização social e sistema alimentar. In: WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie (org.). *Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios*. Natal: EDUFERN, 2016.
- FAO. *Safeguarding against economic slowdowns and downturns*. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <<https://www.globalagriculture.org/fileadmin/files/weltagrarbericht/Weltagrarbericht/02Hunger/SOFI2019.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- GUILLAUD, Dominique. Les multiples déclinaisons du patrimoine dans les pays du Sud. In: MENGUE, M.T.; SAULIEU, Geoffroy (de); VIDAL, Laurent (org.). *La nouveauté du patrimoine: actes de la journée scientifique "Patrimoine et développement"*, UCAC-IRD, novembre 2014. Yaoundé: Ifrikiya, 2015. p. 9-24.
- GUIMARÃES, Antônio S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 43, p. 26-44, nov. 1995.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – . *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua - PNAD Contínua – 2018/2019*. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continuamensal.html?edicao=20652&t=downloads>>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- KATZ, Esther. Introdução. In: WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie (org.). *Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios*. Natal: EDUFRN, 2016.
- KROEBER, Alfred L. *A natureza da Cultura*. Lisboa: Edições 70, 1952.
- LIMA, Sandra; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fábio. *Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.
- MADEIRA, Nuno. R. *Manual de Produção de Hortaliças Tradicionais*. Brasília: Embrapa, 2013.
- MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. (coord.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: En la Frontera, 2010. p. 19-36.
- OXFAM BRASIL. *O Vírus da Fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto*. 2020. Disponível em: <<https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2020/07/Informe-Virus-da-Fome-embargado-FINAL-1.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- POLLAN, Michael. *Em defesa da comida*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2008.
- POULAIN, Jean P. *Sociologias da alimentação*. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- POULAIN, Jean P. A gastronomização das cozinhas locais. In: WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie (org.). *Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios*. Natal: EDUFRN, 2016.
- SEGATO, Rita. Raça é Signo. *Série Antropológica*, Brasília: Universidade de Brasília, n. 372, 2005.
- SEVILLA GUZMAN, Eduardo; SOLER, Marta M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. *PH Cuadernos*, v. 26, p. 191-217, 2010.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. 291p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie. *Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios*. Natal: EDUFRN, 2016.

SUBMETIDO EM: 15/12/2020

APROVADO EM: 01/05/2021